

CONTRATAÇÃO EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS, A TERMO RESOLUTIVO CERTO, TEMPO PARCIAL, DE TÉCNICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

Para efeitos do disposto no Artº 6º do Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, faz-se público que, se encontra aberto pelo prazo de 3 dias úteis, o período de candidatura para contratação de técnicos especialmente habilitados para desenvolvimento de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), para o ano letivo 2018/2019, por tempo determinado, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, a tempo parcial.

1 – Os contratos de trabalho regem-se pela Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro e pelo Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei nº 59/2008, de 11 de setembro, com as especificidades previstas no Decreto-Lei nº 212/2009, de 3 de setembro e Despacho nº 644-A//2015, de 24 de agosto.

2 – Número de Postos de Trabalho:

A - 1 técnico para atividade física e desportiva – horário 5 horas / semana

3 – Duração dos contratos correspondente ao ano letivo 2018/2019 – Início a partir do dia da assinatura do contrato e termo até à duração das atividades letivas e dos procedimentos de avaliação sumativa interna do 3º período.

4 – As atividades decorrerão nos estabelecimentos de ensino do 1º ciclo que integram o Agrupamento;

5 - Caracterização e descrição das funções dos postos de trabalho a ocupar: as funções a desempenhar nas diferentes Atividades de Enriquecimento Curricular encontram-se reguladas no Despacho nº 644-A/2015, de 24 de agosto, publicado na 2ª Série do Diário da República, nº 164, de 24 de agosto de 2015;

6 – **Requisitos de admissão:**

6.1- Requisitos gerais de admissão:

Conforme previsto no Artº 8º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela constituição, convenção internacional ou Lei especial;
- b) Ter 18 anos de idade completos;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Possuir a robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;
- e) Ter cumprido a lei da vacinação obrigatória.

6.2 - Requisitos especiais de admissão:

Perfil – Candidatos com habilitação profissional, própria ou especializada adequada ao desenvolvimento da Atividade Física e Desportiva.

Avaliação Curricular – visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação profissional, o percurso profissional, a relevância da experiência adquirida e da formação realizada e tipo de funções exercidas. Nesta avaliação serão considerados e ponderados os seguintes elementos, devidamente comprovados:

Habilitação Profissional (HP) – até ao limite máximo de 35 pontos

- a) Candidatos com Habilitação profissional para lecionar Educação Física (**30 pontos**);
- b) Candidatos com Habilitação Própria para lecionar Educação Física (**5 pontos**)
- c) Sem qualquer habilitação profissional ou própria (**zero pontos**).

Gradação Profissional (GP) - até ao limite máximo de 25 pontos

Gradação profissional = Classificação profissional + tempo de serviço antes e após profissionalização (divisão do nº de dias, por 365, arredondado às milésimas, aplicando o fator 0,5 ao tempo antes da profissionalização), contado até 31/08/2018).

Experiência Profissional (EP)

Experiência Profissional nas AEC, na área à qual se candidata (tempo de serviço em dias contados até 31 de agosto de 2018).

Será ponderado o número de dias de acordo com a seguinte tabela, **até ao limite máximo de 40 Pontos**:

Até 100 dias – 30 pontos

Entre 101 e 200 dias – 35 pontos

Mais de 200 dias – 40 pontos

7. Classificação Final (CF) - A classificação final da avaliação curricular dos candidatos resultará da soma dos critérios de avaliação e seleção, expressa numa escala de 0 a 100 pontos, através da aplicação da seguinte fórmula, com arredondamento às centésimas:

$$CF = HP+GP+EP$$

8 – Critérios de desempate - na ordenação da classificação final, em caso de igualdade entre candidatos, os critérios a aplicar, são:

- 1.º - Tempo de serviço, em dias, lecionado nas Atividades de Enriquecimento Curricular;
- 2º - Graduação profissional

9 – Remuneração:

O valor das remunerações dos técnicos afetos às atividades de enriquecimento curricular é calculado a partir da fórmula $(RB \times 12/52 \times 25)$ em que RB é a remuneração base correspondente, no máximo ao índice 126 para os licenciados e 89 para os não licenciados.

10 – Formalização da candidatura

A candidatura é concretizada através do preenchimento do requerimento disponível no sítio da internet da Direção-Geral de Recursos Humanos da Educação – www.dgrhe.min-edu.pt, durante os dias úteis atrás enunciados;

É necessário entregar a documentação comprovativa, abaixo discriminada, para o mail direcao@aeb.pt ou em suporte de papel, pessoalmente ou através do correio, para o endereço postal (Agrupamento de Escolas do Bonfim, Avenida do Bonfim, 7300-067 Portalegre), até à data limite de candidatura (data do carimbo dos correios);

- Fotocópia do Certificado de habilitações;
- Declaração de tempo de serviço
- Declaração de tempo de serviço em AEC
- Curriculum Vitae detalhado, datado e assinado e devidamente comprovado;

11 – Em situação de docência com contrato por tempo indeterminado, com o Ministério da Educação e Ciência ou estabelecimento de ensino particular ou cooperativo, os candidatos admitidos para lecionar as AEC previstas no presente aviso, deverão solicitar a devida acumulação de horas ao órgão competente.

Portalegre, 21 de novembro de 2018.
O Diretor

António Luís Rocha Sequeira